

As mulheres vão à rua, os homens ficam em casa: reflexões preliminares sobre a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de São Leopoldo

Por Ezequiel de Souza*

Por Laura Zacher**

Resumo:

O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa para o Seminário IV em Sociologia: Prática de análises sociológicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada junto à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de São Leopoldo (REVM-SL). Tendo em vista os avanços nas políticas públicas das mulheres no município de São Leopoldo, a pesquisa procurava entender essas transformações de forma processual. Chegamos à REVM-SL por indicação de uma integrante e, a partir de observação participante e questionários, algumas hipóteses foram formuladas. Encarando a REVM como um movimento social organizado, problematizamos sua atuação em relação à mobilização, caráter e divulgação das informações. Elementos que pretendemos elucidar na continuidade da pesquisa são o capital social das pessoas integrante e sua influência na posição dentro da Rede, as transformações no campo de produção de políticas públicas para as mulheres e a relação dessas transformações no contexto mais amplo da sociedade.

Palavras-chave:

Violência contra a mulher - movimentos sociais - análise de redes sociais

Apresentação do objeto: a «Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher» da cidade de São Leopoldo (2006–2007)¹

A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um movimento² que integra diferentes entidades que possuam trabalho direto e indireto com o tema

* Ezequiel de Souza é mestrando em Teologia na Faculdades EST, bolsista do CNPq.

** Laura Zacher é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da mesma Universidade.

¹ Agradecemos à colaboração de Alda Fortes e Walfrido da Silva pela leitura do rascunho do artigo e pelas importantes colaborações. Agradecemos também ao CNPq, cujos recursos contribuíram para a boa execução dessa fase da pesquisa e ao professor Marcelo K. da Silva pela orientação acerca da análise de redes sociais.

“mulher” no município de São Leopoldo. Ela surgiu no ano de 2006, após ser constatado durante o processo de Pré-Conferências e I Conferência Municipal da Mulher, em 2005, que havia muitas entidades que trabalhavam com o mesmo público, sem cooperação e sem conhecimento das ações umas das outras.

A Rede é composta por várias organizações não-governamentais (dentre as quais, o Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA; o Círculo Operário Leopoldense – COL; e a ONG Palmares) instituições de Ensino Superior (Unisinos e Faculdades EST) representantes do Poder Público Municipal (Centro Jacobina; Coordenadoria Municipal da Mulher; Secretaria Municipal de Segurança Pública) e Estadual (Brigada Militar).

Cerca de 20 pessoas participam regularmente das reuniões da Rede, representando mais ou menos 10 entidades. O número de entidades representadas, no entanto, não é fixo e a Rede não possui um “cadastro” das entidades que nela participam, embora haja uma lista com as presenças que pode ser encontrada no Centro Jacobina. As reuniões são mensais, sempre na segunda quarta-feira do mês, às nove horas, em uma das entidades participantes. Participamos de três reuniões ordinárias e de duas extra-ordinárias, quando acompanhamos a Comissão encarregada de buscar informações para implantação da Delegacia Especial da Mulher.

Problematizando os movimentos sociais a partir da constituição de suas redes

As conquistas dos movimentos feministas nas últimas décadas são perceptíveis em vários âmbitos da sociedade³. Seus paradigmas e modelos

² Entendemos a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher como um movimento social por se enquadrar nos critérios propostos por Alberto Melucci, conforme a nota 11.

³ MATOS, Maria I. S. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: Questões & Debates*, n. 34, 2001, p. 45-63.

auxiliaram na percepção da relacionalidade e historicidade dos gêneros⁴. Passava-se de uma leitura essencialista dos sexos para uma leitura da construção sócio-histórica do gênero.

A década de 1990 foi marcada pela “emergência da sociedade civil”⁵. “A sociedade civil torna-se bandeira política de grupos dissidentes do Leste, os quais passam a reivindicar liberdade de imprensa, de associação e reunião, participação no poder, pluralismo político e estado de direito, nos termos das democracias capitalistas”⁶. Também no Brasil, houve um aumento significativo da participação social. O que chamava a atenção era o surgimento de novos canais de participação e negociação de demandas sociais. O contexto era a reforma do Estado. A descentralização político-administrativa era estimulada em toda a América Latina, embora nem sempre houvesse a descentralização fiscal⁷. Novos atores surgem no cenário político, compondo a sociedade civil organizada. Movimentos sociais, organizações não-governamentais e grupos de classe passam a debater seus interesses e suas demandas em locais criados especialmente para esse propósito.

Ora, a contribuição dos movimentos sociais para a democratização certamente não será aquela que cabe a atores como sindicatos ou partidos políticos. Os movimentos sociais apresentam perfis organizativos próprios, uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional.⁸

⁴ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

⁵ COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 43, jan./jul. 1997a, p. 3-25.

⁶ COSTA, Sérgio. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. *Novos Estudos*, n. 38, 1994, p. 39.

⁷ von HALDENWANG, Christian. Governanza sistêmica y desarrollo en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 85, abr. 2005, p. 35-52.

⁸ COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.12, n. 35, 1997b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2007.)

Diante do crescimento da importância dos movimentos sociais no cenário político, Melucci⁹ defende a necessidade de uma teorização sobre o conceito de “movimento social”. Segundo ele, o que ocorre são abstrações empíricas. Ele identifica três características que as sociedades contemporâneas têm em relação aos agrupamentos humanos:

- Agregação social de caráter permanente;
- Função socializadora preenchida por solidariedade conflitual;
- Importância da relação entre representação e tomada de decisão e novas formas de ação.

Melucci afirma que até os anos 1970, havia a tentativa de reduzir a ação coletiva a efeito de crises estruturais ou sistema de crenças compartilhadas, e as tentativas de superar estas abordagens caíram em dualismos, relegando a ação às categorias de patológica ou marginal. Ele entende que um dos erros das teorias da década de 1970 consistia em acentuar, por um lado, o *como* o movimento se estabelece, relegando o *porquê* a segundo plano; ou, por outro lado, acentuar o *porquê*, esquecendo o *como*. Na década de 1980, as abordagens integraram os movimentos sociais em sistemas, reduzindo sua ação ao nível político:

Não obstante, as contribuições acima concentram a análise mais no nível político do que na “sociedade civil”. Os conflitos sociais são reduzidos ao protesto político e vistos como parte de um sistema político. A confrontação com o sistema político e com o Estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva. O conflito frequentemente pode afetar o próprio modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas.¹⁰

Com essa supervalorização do político, não se percebe a dinâmica dos movimentos sociais, que estão “se deslocando para um terreno não-político”. Dessa forma, a influência que os movimentos estão tendo em outras áreas da vida, fazendo

⁹ MELUCCI, Alberto. “Um objetivo para os movimentos sociais?” *Lua nova*. São Paulo: CEDEC, n. 17, jun. 1989.

¹⁰ MELUCCI, 1989, p. 53.

com que seja alterada a própria lógica das sociedades complexas. Como exposto acima, não há uma definição clara acerca do que seja um movimento social. A maior parte dessas definições são abstrações empíricas, onde há a tentativa de isolamento de alguns aspectos empíricos dos fenômenos coletivos. A partir desses isolamentos, cada autor escolhe aspectos diferentes, o que torna difícil uma comparação. Melucci define o que entende por movimento social da seguinte forma: “Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”¹¹.

Os movimentos sociais contemporâneos estão afetando “a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual”¹². Deixam, portanto, de girar em torno do eixo capital-trabalho, afetando as demais esferas da vida. Com isso, há a transformação dos atores desses movimentos sociais. Eles são cada vez mais temporários, tendo por função a revelação de projetos.

A atuação do Fórum de Mulheres de São Leopoldo desde 2000 tinha um caráter de movimento social organizado, exercendo pressão sobre o sistema político para a promoção de políticas de valorização da mulher. Substituindo o eixo capital-trabalho pelas relações entre os gêneros, o caráter político era minimizado, não podendo ser associado a nenhum lado do espectro político. A luta, num primeiro momento, foi para a inclusão do tema “mulher” na agenda pública municipal.

Entretanto, com a transição do governo em 2005, houve uma alteração na correlação de forças. A vitória eleitoral de um partido de esquerda proporcionou o acesso a muitas das demandas reivindicadas no período anterior: criação de um espaço institucional de formulação de políticas públicas para as mulheres e

¹¹ MELUCCI, 1989, p. 57.

¹² MELUCCI, 1989, p. 58.

fortalecimento do Conselho Municipal das Mulheres, ainda no ano de 2005. Segundo Bourdieu¹³, o campo político é resultado da relação de forças e lutas sociais de dado momento, sendo alterado de acordo com mudanças ocorridas no trabalho de produção de bens políticos. Assim, o empoderamento das mulheres no que tange à formulação de políticas públicas para as mulheres ocasionou uma alteração significativa na visibilidade de temas relacionados às mulheres.

Alberto Melucci fala de “redes de movimento ou de áreas de movimento”. Com isso ele sugere que são pequenos grupos, que permanecem imersos e surgem apenas para fins específicos. As redes de movimento têm três características básicas, de acordo com Melucci:

- a) Elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos. Este não é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva.¹⁴

Os movimentos sociais constituem-se de dois momentos: um de latência e outro de visibilidade. Com o primeiro, as pessoas podem experimentar diretamente novos modelos culturais, pois ela cria novos códigos, fazendo com que os indivíduos os pratiquem. Já a visibilidade ocorre quando pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política. “A visibilidade demonstra a oposição à lógica que leva à tomada de decisão com relação à política pública”¹⁵. Esses dois momentos são indissociáveis, pois a latência mantém os vínculos de solidariedade que permitirão a visibilidade. A visibilidade reforça as redes submersas e fornece energia, facilitando o recrutamento e a criação de novos grupos.

¹³ BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

¹⁴ MELUCCI, 1989, p. 61.

¹⁵ MELUCCI, 1989, p. 61.

Melucci entende que no âmbito cultural, a mera existência do movimento já altera os códigos, de modo que não faz sentido perguntar pelo êxito ou fracasso. No âmbito político, “os movimentos produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma. Aqui seu resultado pode ser medido”¹⁶. No caso do movimento das mulheres, “o objetivo do movimento não é apenas a igualdade de direitos, mas mais o *direito de ser diferente*”¹⁷. Paradoxalmente, Melucci entende que o êxito no campo político enfraquece o movimento. Isso não significa que o movimento termine, pois “torna-se um objetivo cultural e político que mobiliza muitos outros grupos”.

Algo semelhante ocorreu em São Leopoldo. Uma vez criada a Coordenadoria Municipal da Mulher, houve o risco de institucionalização das políticas públicas das mulheres, relegando a sociedade civil organizada e os movimentos sociais ao papel de demandante. Esse risco é muito presente nas novas arenas de debate e formulação de políticas¹⁸. Entretanto, a convocação da I Conferência Municipal da Mulher proporcionou, além da eleição das representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, a formação de uma rede de entidades engajadas no trabalho para a superação da violência contra a mulher.

Uma das estratégias encontradas pela Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi a manutenção de uma agenda anual. Dessa forma, há a permanente mobilização das entidades envolvidas, no sentido de celebrar as vitórias alcançadas e lembrar as etapas que ainda precisam ser superadas. No ano de 2007, por exemplo, três metas foram estabelecidas: a confecção de um guia de enfrentamento à violência, a realização de uma jornada de estudos sobre a violência e a luta pela implantação de uma delegacia especializada da mulher no município. A

¹⁶ MELUCCI, 1989, p. 62-63.

¹⁷ MELUCCI, 1989, p. 63, grifo no original.

¹⁸ CÔRTEZ, Soraya M.V. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. Paper apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2002.

primeira e a segunda metas foram alcançadas em outubro e novembro, respectivamente, enquanto a última permaneceu inalcançada, embora importantes passos tenham sido dados em sua direção.

Entretanto, a percepção da relacionalidade da violência contra a mulher coloca em questão a participação dos homens na luta por sua superação. Bourdieu entende que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la”¹⁹. A partir das inserções nas reuniões da Rede, a ausência masculina tornou-se evidente. Esse fato esconde uma falsa premissa de que a violência contra a mulher é uma questão que diz respeito apenas às mulheres. Esse tipo de pensamento fomenta o antagonismo entre homens e mulheres²⁰.

Já é consenso entre os estudiosos das redes sociais que não apenas os vínculos internos, mas também os vínculos externos estabelecidos entre os membros de uma determinada rede entre si e com membros de outras redes são de extrema importância para a mobilização de recursos entre setores subalternos. Ao contrário das elites, que constituem círculos fechados de relacionamento, com o objetivo de não dispersar seus capitais simbólicos e materiais, por exemplo, o sucesso de movimentos sociais só é viável caso sua mobilização for aberta. Isso garantiria a ampliação das oportunidades estruturais de tais grupos segregados.

As relações da rede

A partir da discussão teórica anteriormente apresentada, construímos a seguinte problemática de pesquisa: a Rede de Enfrentamento à Violência contra a

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 18.

²⁰ SCOTT, 1992.

Mulher constituiria uma rede egocentrada? Como o tipo de rede que se configura no caso da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher influencia a sua prática? Para procurar responder, adotamos, para este trabalho, o método de pesquisa denominado «Análise de Redes Sociais». Propomos, a partir de uma abordagem relacional, uma análise de redes sociais amparada na análise quali-quantitativa, através da construção de sócio-gramas e matrizes que receberão tratamento estatístico. Com a técnica “bola de neve”, conseguimos entrevistar os principais atores sociais que participam da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Então, formulamos um questionário semi-aberto a ser aplicado entre os membros da rede. O roteiro de entrevista buscava principalmente:

- Traçar o perfil do membro da rede, através do levantamento de sua idade, gênero, escolaridade e função exercida na entidade à qual pertencia;
- Histórico do vínculo entre representante-entidade e entidade-rede;
- Nível de participação tanto do representante quanto de sua entidade na rede;
- Mapear quais os vínculos estabelecidos e quais não;
- Averiguar qual o nível de participação da rede em outras esferas, como a intermunicipal, a estadual e a nacional;
- Averiguar qual a abrangência da divulgação das informações produzidas pela rede para o restante da comunidade.

Durante as reuniões semanais da REVM, distribuímos os questionários entre os membros presentes, pedindo que os mesmos respondessem os mesmos assim que possível. Ao final de uma semana e meia recebemos cinco questionários dos oito questionários entregues para os representantes das entidades-membro da Rede. Com o objetivo de não ficarmos limitados às respostas formais dadas pelos membros ao questionário, buscamos realizar uma pesquisa de campo nos eventos promovidos pela REVM, para vermos nas práticas dos atores como as relações entre eles eram

estabelecidas, como construía seus vínculos, assim como se dava o fluxo de informações entre os mesmos²¹.

Participamos da Jornada “Violências: vários olhares”, promovida pela Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no dia 23 de novembro de 2007, na antiga sede da UNISINOS, em São Leopoldo. Dois dias antes, no dia 21 de novembro, também participamos em evento semelhante em Novo Hamburgo, cidade a poucos quilômetros de São Leopoldo, intitulado “III Fórum Regional pelo Fim da Violência à Mulher, Criança e Adolescente”²², promovido pela Coordenadoria Municipal da Mulher (CMM) de Novo Hamburgo com o apoio do Centro Universitário Feevale e da Unimed Vale dos Sinos. O evento reuniu representantes da Rede de Atendimento e Apoio à Mulher de Novo Hamburgo (Pró-Mulher) e estava inserido nas ações da CMM, que buscam a orientação e a capacitação da rede por meio de reuniões de formação continuada. A rede é formada por membros de delegacias, conselhos (Saúde, Idoso, Entorpecentes), entidades assistenciais, núcleos, guarda municipal, Brigada Militar, técnicos em saúde e terapeutas, representantes de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das secretarias de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (Stcas), e de Saúde (Semsas), entre outros.

Reflexões finais

A hipótese central na qual este trabalho se amparava era a de que a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, dada a sua multiplicidade de atores e rotatividade dos mesmos, não se constituiria numa rede egocentrada, mas institucionalmente centrada. Ou seja, não possuindo entre seus membros uma figura

²¹ STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

²² FÓRUM Regional discute ferramentas para o fim da violência contra a mulher, criança e adolescente. Disponível em:
<<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/index.php?language=&content=news&id=935>>. Acesso em 13 dez. 2007.

carismática, no sentido weberiano, mas sim um forte enraizamento na sociedade civil, a proeminência não seria de um líder carismático, mas das instituições ali representadas, elas sim possuindo legitimidade para exercer o poder.

Decorrente deste perfil de rede, a REVM garantiria uma importante característica política na luta contra a violência contra a mulher: por não ter um caráter carismático, ela conseguiria se instituir enquanto uma rede “de Estado”, e não clientelística, ou seja, promovendo os interesses comuns baseados nos princípios do Estado de Direito e não nos interesses privados de um líder carismático ou nos interesses políticos pessoais do seu grupo.

Trabalhamos também com a hipótese de que a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher seria uma rede centrípeta e não centrífuga no que diz respeito à divulgação da informação, já que, por ter enraizamento social profundo, seria capaz de promover uma ampla circulação das informações àquelas mulheres que sofrem violência. Tal circulação não garantiria apenas a denúncia, abrigagem das vítimas em local seguro e julgamento dos casos de violência contra a mulher, mas também a prevenção e sensibilização da comunidade em geral sobre a questão. Essas hipóteses vêm se confirmando no decorrer da pesquisa. Ao mesmo tempo, apesar de representar um grande avanço para a efetivação dos direitos das mulheres, a Rede possuiria os seguintes limites:

- pequena interação com outras redes que tratam da mesma questão;
- pouca comunicação com outros níveis, como intermunicipal, estadual e nacional.

Na continuidade da pesquisa, pretendemos avaliar as relações internas e as trajetórias dos atores, a fim de identificar como os diferentes capitais estão distribuídos. Além disso, procuraremos identificar relações de conflito e/ou tensões que possam decorrer das diferentes posições ocupadas dentro desse espaço.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CÔRTEZ, Soraya M.V. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. Paper apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2002.
- COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 43, jan./jul. 1997a, p. 3-25.
- COSTA, Sérgio. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. *Novos Estudos*, n. 38, 1994.
- COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997b, vol.12, n. 35.
- FÓRUM Regional discute ferramentas para o fim da violência contra a mulher, criança e adolescente. Disponível em:
<<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/index.php?language=&content=news&id=935>>. Acesso em 13 dez. 2007.
- GUIA de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. São Leopoldo, 2007.
- MATOS, Maria I. S. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: Questões & Debates*, n. 34, 2001, p. 45-63.
- MELUCCI, Alberto. “Um objetivo para os movimentos sociais?” *Lua nova*. São Paulo: CEDEC, n. 17, jun. 1989.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.
- STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.
- von HALDENWANG, Christian. Governanza sistémica y desarrollo en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 85, abr. 2005, p. 35-52.